



OITO NOTAS SOBRE FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E RENOVAÇÃO CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL

Eight notes on brazilian social education and critical renewal of the social work

Evelyne Medeiros Pereira*

 <https://orcid.org/0000-0003-2644-0285>

Gabrielly Souza de França**

 <https://orcid.org/0000-0001-5655-3868>

RESUMO

O artigo apresenta um breve roteiro sobre os aspectos que compõem a relação entre renovação crítica do Serviço Social e formação social brasileira. Trata-se de um esforço de síntese de parte dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da pesquisa *Formação Social do Brasil e Serviço Social: a realidade brasileira na formação de assistentes sociais*. Analisamos referências do pensamento social brasileiro próximas à tradição marxista e sua influência na produção teórica do Serviço Social desde a década de 1980. Busca-se, dessa forma, refletir sobre a relevância desse arcabouço teórico-metodológico e legado político frente aos desafios ainda postos tanto na formação quanto no trabalho dos/as assistentes sociais no Brasil na luta contra o conservadorismo. A apreensão dos fundamentos da formação social brasileira e dos elementos que constituem sua particularidade no desenvolvimento capitalista revela-se como uma necessidade, ontem e hoje, para o processo de renovação crítica do Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE

Formação Social Brasileira. Renovação Crítica. Serviço Social.


ABSTRACT

The article presents a brief script on the aspects that make up the relation between the critical renewal of Social Work and Brazilian social foundations based. It is an effort to summarize the papers developed within the scope of the qualitative and documental research entitled as Social Formation of Brazil and Social Service: the Brazilian reality in the development of social workers. We analyze the references of brazilian social thought close to the Marxist tradition and their influence on the theoretical production of Social Work since the 1980s. In this way, we seek to reflect on the relevance of this theoretical-methodological framework and political legacy given the challenges still present in education and the occupation of social workers in Brazil. We highlight the importance of the critical aspect of Brazilian social thought as an instrument to fight against conservatism, by developing its roots and

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. (UFPE, Recife, Brasil). Av. Prof. Moraes Rego, n. 1235, Cidade Universitária, Recife (PE), CEP: 50670-901. E-mail: evelyne.medeiros@ufpe.br.

** Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atua no Hospital Ulisses Pernambucano. Av. Conselheiro Rosa e Silva, n. 2130, Tamarineira, Recife (PE), CEP: 52050-020. E-mail: gabriellysfranca97@gmail.com.

DOI [10.22422/temporalis.2021v21n41p143-157](https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n41p143-157)

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2021 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

supporting collective coping strategies. The apprehension of the fundamentals and dynamics of conservatism in the particularity of Brazilian social formation proved to be a necessity of the present time, since the intention of breaking with conservatism is a process in motion, continuous and open.

KEYWORDS

Brazilian Social Formation. Critical Renewal. Social Work.

Submissão: 31/8/2021.

Aceito em: 24/11/2021.

INTRODUÇÃO

Em tempos onde as ideias da força ameaçam aniquilar a força das ideias e avançam na tentativa de reestabelecer as bases conservantistas e reacionárias da nossa classe dominante e de seus privilégios históricos encrustados no Estado, os dilemas do presente suscitam incursões no passado. Por isso também o estudo sobre a realidade brasileira tem tomado renovado folego e relevância, recuperando um legado marcado por grandes reflexões e polêmicas, muitas ainda em aberto, que marcaram o século XX e consolidaram o pensamento social brasileiro nas suas mais diversas nuances e tendências. Retomá-lo e reinventá-lo é uma tarefa necessária e urgente à atual geração de pesquisadores/as, educadores/as e militantes contra a intolerância dos de cima.

Nesse horizonte, como parte da pesquisa docente intitulada Formação Social do Brasil e Serviço Social: a realidade brasileira na formação de assistentes sociais, em andamento desde 2019¹, desenvolvemos no último ano estudos e sistematizações com o objetivo de identificarmos alguns pontos de encontro entre o processo de Renovação Crítica do Serviço Social brasileiro e o pensamento social brasileiro, com destaque para aqueles/as intérpretes revolucionários e mesmo radicais que cumprem historicamente a função de “[...] contrapeso ao movimento conservador [...]” exatamente pelo “[...] modo progressista de reagir ao estímulo dos problemas sociais prementes”. (CÂNDIDO, 1990, p. 4).

Com base nessa perspectiva, a pesquisa desenvolvida proporcionou o conhecimento e estudo de importantes ideias formuladas por pensadores/as que muito contribuíram para analisar a formação social brasileira ontem e hoje. É preciso ressaltar que não estamos tratando de uma perspectiva homogênea. Apesar dos traços comuns, há também aí uma enorme diversidade e inúmeras polêmicas. Contudo, priorizamos em nossa pesquisa o diálogo com os/as autores/as que mais se aproximam da tradição marxista e que, portanto, nos ajudam a entender a realidade fora do circuito de interpretações dualistas rígidas. Tal delimitação também se deu em virtude do levantamento prévio dos/as autores/as mais recorrentes na literatura profissional dentro do período priorizado (1980-1990), tendo como marco o Congresso da Virada. Isto também considerando tais décadas como parte de um período crucial de desenvolvimento e consolidação da renovação crítica do Serviço Social brasileiro e, conseqüentemente, para o amadurecimento do diálogo e da incorporação do marxismo e do pensamento social crítico-dialético na análise dos fundamentos da profissão e em sua instrumentalidade. Já em relação aos/as autores/as do Serviço Social, selecionamos aqueles/as que tiveram maior destaque na inserção de temas e categorias que refletem o caminho percorrido pelo pensamento social brasileiro na profissão desde a renovação crítica.

¹ Cf. MEDEIROS, E; GUIMARÃES, S. T; OLIVEIRA, D. (2020).

Os procedimentos metodológicos desse estudo foram desenvolvidos por meio de leituras, sistematizações e análises tendo como base, além das principais referências da literatura profissional (com ênfase para os livros publicados pela Editora Cortez), compilados sobre o Congresso da Virada e Colóquios e entrevistas disponíveis na Web e/ou em trabalhos acadêmicos com personagens importantes da história da profissão, a exemplo de Luiza Erundina, Leila Lima Santos, Marilda Yamamoto e José Paulo Netto. Também foram acessados os antigos Cadernos ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social), materiais publicados pelo Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS) e a base de dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Qual a relação entre a renovação crítica do Serviço Social e o pensamento social brasileiro? Como se deu a incorporação dos conteúdos sobre a formação social brasileira, qual relevância para a profissão e os desafios ainda postos tanto na formação quanto no trabalho dos/as assistentes sociais no Brasil? O caminho para responder a essas questões nos fez identificar alguns aspectos sobre os quais construímos as oito notas que apresentamos a seguir, funcionando como uma espécie de baliza, sobre as quais muitas outras pesquisas e estudos podem se desenvolver. Trata-se de um esforço de síntese dos principais destaques e mediações observados na relação entre o processo de renovação crítica e o pensamento social brasileiro. Alguns desses, inclusive, já são de amplo conhecimento no âmbito dos fundamentos do Serviço Social brasileiro, fruto de contribuições de pensadores/as que forjaram na própria categoria o importante legado da renovação como um caminho iniciado, mas ainda em aberto, terreno de disputas e ameaças que atravessam a profissão, bem como o conjunto da sociedade brasileira.

1.

No âmbito teórico-metodológico, mesmo diante dos limites na apropriação do marxismo, tal como já sinalizou Quiroga (1991), tanto a aproximação com a tradição marxista quanto o desenvolvimento das pós-graduações em Serviço Social nos parecem ter representado um importante impulso para que a profissão pudesse dar passos mais largos na constatação e no entendimento acerca da importância da articulação entre universalidade, particularidade e singularidade. A concepção de história atrelada substancialmente à perspectiva de totalidade bem como de contradição, ofereceu maior subsídio contra a ideia fragmentada de história, entre a vida comum dos indivíduos e os grandes acontecimentos da sociedade, bem como unilateral, negando o fazer histórico como uma simples sucessão de fatos ou de modos de vida predestinadamente estipulados.

Na verdade, a apropriação do método da crítica dialética foi de fundamental importância para o entendimento de que a ação humana sobre a história permite exatamente a combinação e a abertura de múltiplas possibilidades e determinações sócio-históricas. Implica considerar a permanente dialética entre o universal e o particular, o que faz com que tendências gerais capitalistas se reproduzam no particular como uma “[...] iluminação universal em que atuam todas as cores, e às quais modifica em sua particularidade [...] um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas às quais põe em relevo” (MARX, 2008, p. 264).

A compreensão de que “[...] no lugar da tradicional auto-suficiência e do isolamento das nações surge uma circulação universal, uma interdependência geral entre os países [...] tanto na produção material quanto na intelectual” (MARX; ENGELS, 1998, p.11-12), contribuiu, sem sombra de dúvida, para uma maior atenção não apenas às tendências universais do modo de produção

capitalista como também aos aspectos sobre os quais tais tendências se materializam, tendo que se confrontar ou mesmo coexistir com relações sociais advindas de outros modos de produção. Tudo isso faz com que o tema da formação social tome maior relevância nos estudos sobre o modo de produção capitalista, afinal, como diria Jacob Gorender (1978), “[...] o modo de produção capitalista em nenhuma parte se estabeleceu no vazio e em estado puro [...]” (GORENDER, 1978, p. 60), o que faz com que o estudo sobre a particularidade de determinadas formações sociais demande maior complexidade à análise, possibilitando entender o desenvolvimento capitalista como processo histórico que, em alguma medida, também é subsidiado por determinadas relações sociais que, mesmo recriadas, funcionam como verdadeiras alavancas à constituição de forças produtivas à maneira capitalista.

Daí a ideia de que um modo de produção dominante pode coexistir com formas precedentes ou mesmo com formas que prenunciam elementos a se desenvolverem. Daí o emprego da expressão formação social, herança também dos estudos de Lênin ([1899] 1982) sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia.

É, portanto, nessa esteira, em meio aos limites ainda presentes no âmbito da profissão, que a dimensão da particularidade na relação com a universalidade ganha relevo no Serviço Social brasileiro e este é desafiado, num contexto de abertura ao pluralismo², a romper com a uma mera importação de interpretações, métodos e teorias funcionalistas de análise da realidade social e da própria profissão como parte dessa mesma realidade.

2.

A combinação entre a entrada do Serviço Social nas Pós-graduações e o retorno dos exilados da ditadura nas Universidades foi um marco importante nesse processo. Este encontro aparece em alguns dos relatos observados nos materiais estudados, tal como o de Maria Lúcia Matinelli (2009):

Em 1978 já havia finalizado o Curso de Pós-graduação em Serviço Social na PUC-SP, onde tive a felicidade de ter professores fundamentais na minha formação como intelectual, na perspectiva marxista. Eram homens que sofreram, em sua vida pessoal, os grilhões da ditadura, que perderam a Cátedra, foram para o exílio e retornaram com a lucidez de que os grandes mestres sabem cultivar. Acolhidos pela PUC-SP, foram professores de seu Programa de Pós-graduação. Falo de homens como Octávio Ianni, Florestan Fernandes, Paulo Freire, restringindo-me a essa tríade por sua expressão nacional e internacional (MATINELLI, 2009, p. 99-100).

Não à toa os três intelectuais citados no relato acima tiveram influência direta na formação de assistentes sociais. Vale destacar uma informação não menos importante: a relação de parceria acadêmica que Octávio Ianni estabeleceu com intelectuais como Marilda Iamamoto e José Paulo Netto e seus desdobramentos para o Serviço Social brasileiro, o que pode ser melhor compreendido na publicação do Centro de Estudos Octavio Ianni (IAMAMOTO; BEHRING, 2009) do Programa de Estudos e Pesquisas Pensamento Social e Realidade Brasileira na América Latina

² O diálogo da categoria com os intérpretes do Brasil e com o próprio marxismo vincula-se ao tema do pluralismo, tratado por Carlos Nelson Coutinho (1991) em duas dimensões: a primeira, como referência para a construção do conhecimento, e a segunda como fenômeno social e político. O autor destaca que o pluralismo político e teórico não pode se limitar aos interesses individuais, mas representa a diversidade de grupos, o que, no pensamento gramsciano, é chamado de sociedade civil. Diferentemente do ecletismo, o pluralismo não se confunde com o ato de junção ou fusão de vertentes do pensamento distintas, sem critérios críticos.

da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Lembramos ainda que a produção de Ianni soma-se ao acervo de obras fundamentais para a elucidação das transformações operadas ao longo do século XX no Brasil, dentre estas as de Caio Prado Junior, Guerreiro Ramos, Josué de Castro e Florestan Fernandes. Tendo este sido seu orientador quando passou a integrar o corpo de assistentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), na cadeira de Sociologia I, da qual Florestan era o titular (IAMAMOTO, 2009).

Já em relação à Paulo Freire, sua influência no Serviço Social ocorreu por diversas frentes: desde as iniciativas que tentavam incorporar, com viés metodologista, psicologista e reformista, a perspectiva da educação popular, até o trabalho de organização popular junto às comunidades e movimentos sociais por intermédio, inclusive, da Teologia da Libertação e de organizações políticas da esquerda brasileira e latino-americana.

Inspirados nos postulados religiosos do Concílio Vaticano II, na Teologia da Libertação, nos princípios filosóficos da educação popular de Paulo Freire, nos processos críticos em voga nas ciências sociais naqueles momentos e nos propósitos de mudança da revolução cubana. Em geral, éramos simpatizantes da ideologia de esquerda e dos governos e iniciativas progressistas latino-americanos (IAMAMOTO, 2007, p. 166)

Assim, o método de alfabetização freiriano e educação popular influenciou as ações no âmbito do Serviço Social num amálgama intermediado também por certo humanismo (LOWY, 1999), diferentemente daquele que compunha o projeto reformista-conservador brasileiro e influenciou as origens do Serviço Social no país³. De acordo com Sousa (2002), soma-se a esse universo eclético a teologia da libertação, bem como as mais diversas experiências de educação popular e alfabetização, amplamente assumida pelo Movimento de Educação de Base (MEB). O que, contraditoriamente, foi indispensável na relação com os grupos de estudos que ocorriam fora das salas de aula nos quais se liam também textos de Marx, Engels e Hegel, mesmo que intermediados por outros intérpretes.

3.

A reflexão da profissão e da intelectualidade do Serviço Social sobre a realidade brasileira deu-se em diálogo com perspectivas teórico-metodológicas diversas. É, portanto, no seio desse conjunto bastante diverso e plural de autores/as e de perspectivas teórico-metodológicas que, não apenas o marxismo, mas todo o arcabouço próprio dos estudos e análises sobre a realidade brasileira por parte de um conjunto de interpretes do Brasil, adentrará a profissão. Dentro daquilo que José Paulo Netto (2006, p. 92) denominou de sincretismo, definindo-o como “fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as intervenções do agente

³ “[...] o projeto reformista-conservador brasileiro recebeu influências de fontes diferenciadas, porém fortemente sedimentadas sob o mesmo amálgama, cujos eixos principais são, ao meu ver: Deus, ordem e propriedade. Tanto a vertente laica conservadora – o positivismo –, quanto sua versão confessional – o humanismo cristão, expressas respectivamente em autores como Oliveira Vianna, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, por exemplo, entendem o Brasil [cada um à sua maneira, evidentemente] como um país onde a classe trabalhadora é absolutamente incapaz, a ordem deve ser pautada sob o binômio autoridade/obediência; e o Estado, ao lado da Igreja, deve ser suficientemente forte para conduzir o país e os brasileiros ao progresso. Foi neste sentido, que se optou em examinar com mais profundidade a tendência conservadora no Brasil pela via da influência positivista e humanista cristã [esta claramente afinada com os postulados presentes na Doutrina Social da Igreja, cujas diretrizes já foram tratadas neste capítulo a partir da recuperação dos princípios neotomistas]” (ORTIZ, 2007, p.140).

profissional como tal”. Sendo esse, a derivação do acúmulo de condições histórico-sociais e teórico-ideológicas do Serviço Social, fundamentado no cotidiano e seus problemas, no horizonte do exercício profissional e na sua intervenção específica.

Mesmo que o Serviço Social seja uma profissão que surge como meio para responder paliativamente à questão social que ascendia no país por intermédio do Estado e da coadjuvação da Igreja católica, buscando a recuperação da hegemonia ideológica católica e a garantia de sobrevivência da classe operária (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982), no seu desenvolvimento e, mais propriamente, no seio do movimento de renovação da profissão, também passa a se relacionar com outras perspectivas e tendências. Nesse movimento, destacamos que essa aproximação obteve sua introdução na categoria por meio da confluência de dois humanismos (o *cristão atualizado* e o *marxista recuperado*)⁴, em um cenário de ruptura do grupo católico hegemônico, nas décadas de 1960 e 1970. Nesse paradigma, no interior da categoria, já se desenvolvia com grande esforço o entendimento sobre a necessidade de uma identidade crítica, articulada com as classes populares e longe dos dogmas religiosos, associados à perspectiva de novas práticas sociais, objetivando a emancipação social.

Então, mesmo a década de sessenta sendo marcada pela Ditadura Militar e pelo anticomunismo, podemos destacar contribuições vindas do *humanismo católico* de religiosos de esquerda, da Comissão Episcopal Latino-Americano (CELAM) e das Comunidades Eclesiais de Base, que influenciaram a mobilização e a conscientização dos/as trabalhadores/as, partidos de esquerda e do próprio Serviço Social.⁵

Assim, a articulação entre os conteúdos sobre formação social brasileira e o Serviço Social deve-se considerar necessariamente o debate entre ecletismo e pluralismo. A expressa menção ao método ou às categorias marxistas no Serviço Social começa a ser dialogada já desde a década de 1960, no interior de um movimento social que não foi único ao Brasil, nem tampouco à profissão. Entretanto, assumiu particularidade dentro de ambos, tendo como uma de suas principais expressões no Serviço Social latino americano o chamado Movimento de Reconceituação. Isso posto, identificamos autores que contribuíram para a aproximação com o marxismo na profissão, o que será melhor explanado mais adiante.

⁴ O cristão atualizado, entendido como o aperfeiçoamento do homem, com interferências supra ou infra-humanas, ou seja, postuladas por uma figura divina, reconhecendo a insuficiência e impotência humana, colocando a evangelização das massas como meio de erradicar a miséria e as injustiças sociais (SILVA, 1991; SUREKI, 2019). Já o marxista recuperado adota uma postura mais filosófica, considerando a totalidade da vida do homem, analisando a questão social como produto da ordem societária vigente (SILVA, 1991).

⁵ De início, é fundamental entender que essa trajetória foi permeada por contradições, evoluções e retrocessos. A discussão sobre o papel da Igreja Católica é indispensável, visto que, conforme o material estudado, sua ação humanitária influenciou muitos/as dos/as assistentes sociais na escolha do curso de Serviço Social. Mas não só, as práticas filantrópicas da Igreja promoveram o contato com a pobreza servindo como impulso para se questionar a realidade, significando, para alguns, a possibilidade de experiência com o mundo externo e político. Cabe, portanto, citar os grupos de jovens católicos que faziam essas ações: Juventude Agrária Católica (JAC), ligada à agricultura; Juventude Estudantil Católica (JEC), ligada a juventude estudantil secundarista; Juventude Independente Católica (JIC), ligada aos meios ou setores independentes e variados; a Juventude Operária Católica (JOC), ligada a juventude operária; e a Juventude Universitária Católica (JUC), ligada aos universitários católicos. Sendo esta um elemento de maior potência nos conteúdos marxistas trabalhados nos grupos de estudo da Universidade, incluindo marco doutrinal com acentuada carga socialista nos ideais e nas ações solidárias, criando um avanço significativo e formando muitos marxistas. Essa mesma juventude aglomerava maior número de jovens, mesmo fazendo parte da ação católica, tendo destaque pela evolução do ideário por meio da elaboração de um quadro teórico que permitisse o posicionamento do movimento diante de problemas nacionais (SILVA, 1991).

4.

A renovação crítica do Serviço Social construiu-se como parte do processo político-organizativo da classe trabalhadora na luta contra o conservadorismo na América Latina. Em outras palavras, a aproximação com os conteúdos sobre a formação social brasileira fez sentido porque fez sentido na luta de classes e na necessidade de melhor conhecer as formas de dominação burguesas assumidas por aqui. O contexto material vai complexificando as questões sobre a realidade. Esse pressuposto compõe o próprio marxismo.

Sobre isso, vale destacar que, não por coincidência, muitas das principais referências intelectuais nos estudos sobre realidade brasileira estavam organicamente vinculadas à política. Conectadas, portanto, aos problemas de um tempo histórico marcado pela consolidação do capitalismo monopolista, bem como às necessidades sociais e as diversas formas de enfrentamento pelas classes sociais, em especial, através do Estado. Isto ancoradas em uma questão cuja centralidade estava nos dilemas relativos aos caminhos e descaminhos da revolução brasileira. Por isso, temas como o caráter da revolução burguesa, a questão da transição, a relação entre modernização e atraso e o padrão de dominação burguesa no Brasil tornaram-se articuladores dos conteúdos e das análises características de uma imagem marxista do Brasil (COUTINHO, 2009).

Nessa esteira, na década de setenta temos no Brasil o reascenso das atividades políticas nas Universidades e nas primeiras publicações de conteúdos vinculados à tradição marxista, sofrendo ainda com a desqualificação vinda dos setores tradicionais. Apenas no final dessa década, sobretudo, no início dos anos de 1980, a produção editorial do Serviço Social se ampliou. Isto porque o Movimento de Reconceituação Latino-Americano, mesmo que deflagrado em 1965, em meio aos movimentos por mudanças, refletiu no processo de renovação do Serviço Social brasileiro, tendo como evento histórico que simboliza tal influência o Congresso da Virada, em 1979. Dessa forma, percebemos que o pensamento marxista já estava criando fontes próprias dentro da categoria, de modo amplamente diversificado, mesmo com limitações apontadas por Consuelo Quiroga (1991) ao identificar que, naquele momento, os estudos raramente se valiam dos originais de Marx e Engels ou dos clássicos do pensamento marxista.

Foi a partir do contato entre assistentes sociais e organizações políticas em luta pela democracia, contra o autoritarismo e a ditadura que as primeiras profissionais acessaram a leitura de pensadores marxistas brasileiros aproximando a profissão de uma perspectiva crítica sobre a formação social brasileira. Assim, houve no Serviço Social, com influência das obras desses pensadores, a partir da década de 1980, a produção de debates sobre “[...] questões fundamentais que faziam fluir a intenção de superar, efetivamente e de forma crítica as bases teórico-metodológicas de caráter conservador que o Serviço Social traz historicamente” (CEDEPSS, 1992, p. 34). Promovendo, portanto, uma prática profissional contribuinte para a organização da conscientização e mobilização dos setores populares diretamente vinculados às lutas e movimentos sociais. E, conseqüentemente, a produção teórica a partir dessas experiências.

Diante desse processo, observamos que a pesquisa, desde então, é trabalhada sob uma direção hegemônica pautada no processo de ruptura com o conservadorismo no seio da profissão, apontando para a construção de um Projeto ético-político fundamentalmente comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

Mesmo com esse movimento inicial, parafraseando as palavras de José Paulo Netto, a tradição marxista ainda se encontrava em uma posição débil, mas já produzia fortes matrizes interpretativas da formação social brasileira, como as elaboradas por Caio Prado Júnior e os *livrinhos de bolso* de Nelson Werneck Sodré (NETTO apud SILVA, 1991). Assim, podemos dizer que esses movimentos se ramificaram alimentando e reproduzindo uma nova cultura política, formada no cotidiano das organizações populares. Juntamente com esses autores, temos outros nomes como Celso Furtado, Darcy Ribeiro e, tal como já sinalizamos, Paulo Freire, bem como Florestan Fernandes e Octávio Ianni, nomes que emergiram pelo avanço nas Ciências Sociais, especialmente nas pós-graduações, dialogando paralelamente com o Serviço Social.

Esse contexto é entendido como aquele que oportunizou “[...] avaliar a profissão, avaliar a nossa presença na luta do povo, na luta política, com reflexões e com esse embrião de uma organização nacional” (SOUSA, 2002, p. 18). Determinou, portanto, um novo caminho para a produção de conhecimento e literatura no Serviço Social, com “[...] um amplo questionamento da profissão (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional), dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais” (IAMAMOTO, 2007, p. 165). Deve-se também destacar o papel da revista *Acción Crítica* e da Editora Cortez que colaboraram com materiais pautados nessa nova perspectiva.

O marco simbólico na recusa do conservadorismo, em favor de sua renovação histórico-crítica e sua relação aos interesses e necessidades dos/as trabalhadores/as em luta pela democracia, contou com a participação de diversos segmentos da sociedade, influenciados pelas experiências latino-americanas cujas articulações dentro da categoria criaram iniciativas como o Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS), cumprindo importante papel na construção do *Serviço Social Crítico*.

Foram muitos os movimentos e organizações que compuseram a luta contra o conservadorismo no Brasil e, portanto, compuseram direta e indiretamente a trajetória da renovação crítica da profissão: desde o movimento sindical e popular, urbano e rural, além do estudantil, aos partidos políticos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tendo este último grande peso no Nordeste (SILVA, 1991). Esse contexto foi, portanto, composto por várias perspectivas críticas à ordem instituída, das expressões políticas do marxismo aquelas vinculadas à educação popular freiriana, como bem destacou Marilda Iamamoto (2019). Não por coincidência um conjunto de publicações estão enfatizando a importância de uma espécie de reencontro entre o Serviço Social e a Educação Popular, que volta a ser um tema posto como central no debate atual diante do avanço dos movimentos de extrema direita, ultraconservadores e mesmo neofascistas no Brasil.⁶

5.

O desenvolvimento da análise crítica sobre a realidade brasileira no interior do movimento de contestação à ditadura demarcou aspectos permanentes e estruturantes na análise da questão social. O avanço do movimento histórico que viabilizou a renovação crítica do Serviço Social no Brasil foi marcado por determinados interlocutores e debates centrados em temas e categorias

⁶ Destacamos o texto *Serviço Social, dimensão ético-política e Educação Popular no Brasil*, publicado na coletânea *Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate* pela Editora Outras Expressões, 2019. O recente livro intitulado *Serviço Social e Paulo Freire: diálogos sobre Educação Popular*, publicado pela Editora CRV, 2021, também pode servir como guia.

com as quais a profissão passa não apenas a dialogar, mas mesmo a se estruturar. Esse caminho oportunizou adentrar no Serviço Social debates e análises importantes, mesmo que ainda permeados por debilidades presentes até os nossos dias, o que ampliou, sobremaneira, a capacidade interventiva, e não apenas investigativa, da profissão no país. Dentre esses, os conteúdos em torno do tema do desenvolvimento, da dependência, do Estado e, de maneira especial, da questão social no Brasil (mais do ponto de vista de suas expressões que mesmo das particularidades), perpassando também a questão agrária e racial.

Sobre essa questão, Iamamoto (apud CARDOSO; CESAR, 2015, p. 242), em entrevista à Revista em Pauta, reforça o seguinte:

Estudos sobre a chamada ‘realidade brasileira’ foram apoiados na produção de historiadores (Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, entre outros) e na produção da escola sociológica da USP, que abrangia temas como industrialização, empresariado, sindicalismo, questão racial, desenvolvimento e teoria da dependência (IAMAMOTO apud CARDOSO; CESAR, 2015, p. 242).

É inegável que o debate (ainda em aberto) na profissão sobre a questão social no Brasil, indissociado da discussão sobre o processo de modernização conservadora e a configuração do Estado, foi inaugurado por autores/as orgânicos/as e já clássicos/as do Serviço Social brasileiro, como Marilda Iamamoto e José Paulo Netto, legatários de importantes pensadores/as da Sociologia Crítica brasileira, a exemplo de Florestan Fernandes e Octávio Ianni. Essa trajetória adquire passos mais largos com a entrada de intelectuais intérpretes do Brasil nas próprias escolas de Serviço Social, a exemplo de Carlos Nelson Coutinho, que influenciará gerações de assistentes sociais.

A dimensão crítica da sociologia é tributária tanto da força da ‘questão social’ – que, com suas desigualdades, disparidades e conflitos, está na raiz da sociabilidade burguesa – quanto dos contributos do pensamento dialético, vistos de modo original desde os desafios abertos pelo presente e passado da sociedade brasileira e latino-americana (IAMAMOTO, 2009, p.110)

Além desses intérpretes do Brasil, foi possível perceber, no desenvolvimento de nossa pesquisa, a incorporação de outros/as mais presentes na literatura profissional, como o próprio Carlos Nelson Coutinho, Francisco de Oliveira, José de Souza Martins, Francisco Weffort, Marilena Chauí e Boris Fausto. Isso nos faz perceber que ainda estamos vivenciando o reencontro com o pensamento social brasileiro, o que por vezes se expressa em incorporações ainda pontuais de ideias e concepções sobre as particularidades do desenvolvimento do capitalismo dependente. No âmbito da pesquisa, tal constatação é expressa, por exemplo, na quantidade de grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisas (DGP) do CNPq que tenha em seu título ou em alguma linha de pesquisa uma relação direta com a temática da formação social brasileira e os temas mais vinculados a esta. De acordo com a última Súmula de estatística do GDP-CNPq (2016), havia um total de 37640 (trinta e sete mil seiscentos e quarenta) grupos de pesquisas. Destes, 310 (trezentos e dez) são correspondentes à área de Serviço Social, mas apenas 31 (trinta e um) relacionados à temática aqui abordada, sendo estes predominantemente vinculados às Universidades Federais da região Sudeste (14), seguida pela região Nordeste (08).

Esse levantamento, junto aos demais achados da pesquisa, demonstra que existe uma parte grande do legado ainda completamente desconhecida. Ainda são poucas/os as/os assistentes sociais no Brasil que tem a oportunidade de conhecer Jacob Gorender, Clóvis Moura, Guerreiro

Ramos, Lélia Gonzalez, Emília Viotti da Costa, Ana Montenegro, Ruy Mauro Marini, Maria Sylvia de Carvalho, Alberto Passos Guimarães, Luiz Gama e mesmo Heleieth Saffioti. Contudo, o maior impasse não nos parece residir no volume e na profundidade das leituras, mas na dificuldade de incorporar tais reflexões e ensinamentos no sentido da própria renovação crítica da profissão ou do adensamento investigativo da questão social no Brasil. Ora, ninguém negará a importância desses/as autores/as, e acreditamos que já seja recorrente que eles/as apareçam em uma ou outra pesquisa onde o objeto de investigação os demande. Incorporá-los/as no processo inconcluso de renovação da profissão exige incorporar os grandes problemas para os quais suas formulações se tornam indispensáveis. A exemplo temos o seguinte: pode-se argumentar que devemos ler Jacob Gorender ou Clóvis Moura pela história e contribuição desses autores. Isso pode fazer com que um ou outro pesquisador os incorpore e os reivindique. Contudo, quando nos propomos a encarar o grande problema de como conceituar o modo de produção vigente no Brasil durante os três primeiros séculos de nossa história ou mesmo quando indagamos sobre a relação do escravismo com a formação da classe operária brasileira, esses autores se tornam indispensáveis no debate com as concepções de tantos outros. Isto muito embora não se dê de maneira consensual, afinal, muitas das polêmicas que envolvem a particularidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil ainda estão em aberto.

Então, pensamos que o problema resida mais na identificação das grandes questões sobre a formação social brasileira, de como foram formuladas em determinado período e de como devemos reformulá-las diante das mudanças em curso. O fato é que nos parece ainda necessário o adensamento investigativo das particularidades da questão social no Brasil; a apreensão sobre a configuração das políticas e direitos sociais na realidade nacional, bem como retomarmos e aprofundarmos os estudos relacionados ao desenvolvimento histórico da profissão no Brasil e na América Latina. Não à toa ainda é escasso o material de trabalho mais comum em algumas das disciplinas de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social.

6.

O processo de incorporação dos conteúdos sobre a formação social brasileira no Serviço Social foi condensado e institucionalizado a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), instituindo, dentre os núcleos de fundamentação da formação profissional, o Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Esse marco normativo incidiu diretamente na formação profissional de assistentes sociais. Tal orientação passou a exigir maior articulação de matérias, disciplinas e conteúdos em torno do referido núcleo na graduação em Serviço Social em todo o Brasil. Isto, sem dúvida, representou um enorme avanço no âmbito da formação profissional.

Contudo, de lá pra cá, os estudos sobre as diretrizes e os GTPs da ABEPSS, além das diversas experiências em curso de revisão de projetos político-pedagógicos de graduações de Serviço Social reforçam a necessidade de se evitar que os conteúdos se restrinjam a um único componente curricular, mas que se seja transversal. Isto diante da constatação de ainda é recorrente uma apreensão sobre a realidade brasileira peridiodicizada, mais presa à uma abordagem formal e cronológica e menos articulada com os fundamentos da formação social brasileira e da própria profissão. Assim, a particularidade com que se deu a transição de uma sociedade colonial e escravocrata para uma sociedade competitiva e capitalista, bem como seus desdobramentos para a emergência e o desenvolvimento da questão social e de seus elementos constitutivos numa formação social de capitalismo dependente como a do Brasil, revela-se ainda como tema pouco adensado e mesmo consensuado no âmbito da formação profissional.

Diante disso, em termos de realidade brasileira, é possível observar uma maior ênfase do elemento conjuntural em detrimento do estrutural. Em outros termos, há uma maior facilidade do diálogo com elementos da conjuntura que aqueles cuja dimensão é estrutural e que compõem a formação social do Brasil. Isto se expressa, por exemplo, quando a temática do racismo não é tratada como uma determinação fundamental da questão social, mas apenas como uma das suas expressões (ALBUQUERQUE; CARVALHO, 2019). Ou mesmo quando o estudo sobre a particularidade com que se deu a transição de uma sociedade colonial e escravocrata para uma sociedade competitiva e capitalista - bem como seus desdobramentos para a emergência e o desenvolvimento da questão social e de seus elementos constitutivos no capitalismo dependente -, revela-se ainda como tema pouco adensado e mesmo não consensuado no âmbito da formação profissional.

Assim, é mais recorrente uma interpretação de país tradicionalmente conservador e que impede a expansão democrática que uma interpretação que considere a formação mais estrutural das classes sociais no Brasil e de sua condição de dependência. Com isso, ao menos até a década de 1980 e meados de 1990, encontramos dificuldades na observação sobre as concepções de Brasil por parte dos sujeitos construtores da profissão. Isso nos diz que as análises desse período foram marcadas por concepções muito conjunturais, colocando essas como referencial nas discussões e, conseqüentemente, menos fundamentadas nos elementos estruturantes da formação social e do capitalismo brasileiro.

7.

Os desdobramentos do diálogo e da incorporação do arcabouço teórico-metodológico e ideopolítico da tradição marxista a partir do pensamento social brasileiro pode incidir diretamente na instrumentalidade da profissão. Isso tendo em vista que, “[...] imantados pelo movimento histórico que determina as particularidades que a instituição Serviço Social vai adquirindo nesse processo, o significado sócio-político, a direção social da intervenção, o projeto profissional, as metodologias, instrumentos e técnicas de intervenção não são [...]” (GUERRA, 2011, p. 169) ensimesmados na própria constituição do Serviço Social. Por outro lado, a não incorporação desses conteúdos também pode contribuir com o reverso. Sem uma devida apropriação da realidade, a atuação profissional tende a ser pautada por uma racionalidade formal-abstrata, fragilizando não apenas a dimensão técnico-operativa como sua articulação com as demais dimensões do Serviço Social. Afinal, tal como ressaltado no início do texto:

Este processo relacional, que se realiza por aproximações sucessivas, permite aos sujeitos apreenderem não apenas a lógica interna dos fenômenos que se expressam na realidade, como as conexões que aí se estabelecem. Dito de outro modo: o movimento dialético da realidade conduz o pensamento dos sujeitos, de modo processual, aproximativo e reflexivo, à compreensão da relação dialética entre universalidade e singularidade e suas conversões em particularidades (GUERRA, 2011, p. 178).

Ou seja, é possível afirmar que o legado do pensamento social brasileiro nos ajuda a forjar mediações, estratégias e táticas, bem como dispositivos técnico-operativos para o diálogo com profissionais e usuários, situados em uma realidade historicamente e particularmente determinada. A fim de “[...] elucidar as ‘constelações que ligam o presente e o passado’ [...]” (IAMAMOTO, 2019, p. 440), enfatiza-se a necessidade e os desafios dos/as profissionais de Serviço Social em manter, em tempos adversos, os compromissos éticos e políticos

conquistados. Portanto, cabe a esses/as profissionais “[...] recriar seu trabalho considerando tanto sua contribuição na reprodução material dos sujeitos, [...] quanto sua dimensão educativa que incide na cultura das classes subalternas” (IAMAMOTO, 2019, p. 457).

Certamente, o conhecimento sobre a inexistência do Estado de Bem-estar Social no Brasil, a forma particular com que o neoliberalismo se desenvolveu por aqui, a centralidade na formação social brasileira da diferenciação de raça e gênero na divisão social do trabalho - mesmo não sendo um componente excepcional do capitalismo dependente - e sua relação com a histórica cisão interna entre produção e realização do valor que prioriza a transferência de valor e os mecanismos de exploração da classe trabalhadora, contribui para uma atuação profissional que considere a articulação e integralidade entre as políticas e serviços sociais que respondam e deem visibilidade às necessidades e demandas históricas das classes trabalhadoras no Brasil na sua diversidade.

Desse modo, é possível entender que à medida que não se avança nessa capacidade de análise da dimensão da particularidade numa perspectiva de totalidade social, as dificuldades de definir e de construir estratégias, planos de trabalho e políticas que respondam, de fato, a essas exigências das classes em movimento no processo histórico, estrutural e conjuntural da sociedade brasileira, também se avolumam.

8.

Diante do quadro atual de avanço do reacionarismo e refuncionalização do arcaico no interior das mais modernas relações de produção, nossa última nota tem como objetivo destacar o quanto o pensamento social brasileiro, na sua vertente crítica, segue como instrumento de luta contra o conservadorismo, decifrando-o em suas raízes e subsidiando estratégias coletivas de enfrentamento. Assim, a apreensão dos elementos teóricos e históricos que possibilitam uma maior compreensão dos fundamentos e dinâmica do conservadorismo na particularidade da formação social brasileira torna-se novamente uma necessidade. Aliás, as oito notas que aqui apresentamos demonstram que nunca deixou de ser.

Certamente os estudos sobre a fascistização impregnada socialmente nas estruturas de poder adquirem hoje enorme atualidade. A questão que gostaríamos de chamar atenção é que, mesmo diante dessas evidências, o caminho ainda parece muito longo frente às necessidades postas não apenas ao conjunto de assistentes sociais, mas a classe trabalhadora como um todo. Necessidades estas crescentes no tempo presente onde as raízes do Brasil parecem ter um novo e profundo destaque. O que reforça a necessidade de “[...] impulsionar estudos históricos sobre a formação sócio-histórica do Brasil e da América Latina” (IAMAMOTO, 2014, p. 634).

Tal necessidade serve também para que possamos nos municiar frente às tendências teóricas e filosóficas conservadoras que se renovam, desde aquelas cuja marca é o eurocentrismo até aquelas que se inspiram no particularismo e identitarismo. Para tanto, é preciso também entender onde o conservadorismo e reacionarismo do nosso tempo buscam suas fontes. Muitas, inclusive, nas vertentes conservadoras do próprio pensamento social brasileiro que adquiriram representatividade em figuras como Oliveira Viana, Alceu Amoroso Lima e Tavares Bastos.

Recuperar o legado importante que nos permite entender a unidade na diversidade, identificar e analisar a relação orgânica e dialética entre particular e universal é, portanto, fundamental e certamente os conteúdos sobre os fundamentos da formação social brasileira e latino-americana

são importante ferramenta. A construção de uma agenda e de um campo de debate comum ao Serviço Social e suas entidades representativas cumpre um papel significativo nesse caminho de combate ao reacionarismo atual, irmandado com o neoliberalismo. Esse contexto revela que a renovação crítica na intenção de ruptura com o conservadorismo é um processo em movimento, contínuo e em aberto.

Por fim, parafraseando Emília Viotti, assim como “um povo sem memória é um povo sem história”, uma profissão que não seja capaz de conhecer a realidade que a cerca, bem como de articular e mobilizar, sob uma orientação ético-política, elementos locais e universais para o trabalho no cotidiano profissional, sofre a ameaça de se configurar como uma prática residual ao deslocar o exercício profissional do acúmulo teórico e intelectual das muitas gerações de assistentes sociais. Sejamos parte da construção de uma saída para o Brasil junto com os de baixo na tortuosa e tão necessária afirmação da possibilidade de um tempo no qual as classes trabalhadoras organizem, elas mesmas, sua capacidade criativa e produtiva.

Referências

ALBUQUERQUE, C. S.; CARVALHO, T. Conexões entre questão racial e questão social na formação social brasileira. In: MEDEIROS, E. et al. **Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate**. São Paulo: Outras Expressões, 2019. p. 83-102.

CÂNDIDO, A. Radicalismos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 4-18, jan. 1990. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000100002. Acesso em: 18 dez. 2020.

CARDOSO, I. C. da C; CESAR, M. de J. Entrevista com Marilda Villela Iamamoto sobre os 33 anos do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 35, p. 225-247, jan. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/18630/13600>. Acesso em: 09 jun. 2021.

CEDEPSS. **Fórum Nacional de pesquisa em Serviço Social: questões e perspectivas**. Vitória: Fórum, 1992.

COUTINHO, C. N. Uma imagem marxista do Brasil. In: IAMAMOTO, Marilda Villela; BEHRING, Elaine Rosseti (Org.). **Pensamento de Octavio Ianni: um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**, São Paulo: Cortez Editora, n. 4, 1991.

GORENDER, J. **O Conceito de Modo de Produção e a Pesquisa Histórica**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1978.

GUERRA, Y. **Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 136, p. 439-461, set. 2019.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000400002. Acesso em: 10 jul. 2021.

IAMAMOTO, M.V. Ianni: razão crítica e história. In: IAMAMOTO, M. V; BEHRING, E. R. (org.). **Pensamento de Octávio Ianni**: um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 103-122.

IAMAMOTO, M. V. Leila Lima Santos (depoimento, 2007). Serviço Social na América Latina:1970-1980. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, 2007.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 1982.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

LOWY, M. O humanismo marxista. In: O PENSAMENTO de Che Guevara. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARTINELLI, M. L. A perspectiva do III Congresso Brasileiro de assistentes sociais. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - S. PAULO (CRESS- 9ª REGIÃO); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS) (org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília (DF): CFESS, 2009. p. 97-106.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 1. ed. [1859]. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K; ENGELS, F. O Manifesto do Partido Comunista. In: O MANIFESTO Comunista 150 anos depois. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MEDEIROS, E; GUIMARÃES, S. T; OLIVEIRA, D. Pensamento Social Brasileiro e Formação Profissional em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 20, n. 40, p. 14-29, jul./dez. 2020.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 10, n. 30, p. 89-102, maio/ago. 1989.

ORTIZ, F. da S. G. **O Serviço Social e sua imagem**: avanços e continuidades de um processo em construção. Tese (Doutorado em Serviço Social) -Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007

QUIROGA, C. **Invasão positivista no marxismo**: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, L. M. M. R. da. **Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos**. 1991. Tese (Doutorado em Serviço Social) -Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

SOUSA, L. E. de. **Luiza Erundina (depoimento, 2001)**. Rio de Janeiro, CPDOC/Ministério da Previdência e Assistência Social - Secretaria de Estado de Assistência Social, 2002.

SUREKI, L. C. Humanismo cristão...é possível? *In: XV SIMPÓSIO INTERNACIONAL FILOSOFIA-TEOLOGIA*, 15., Belo Horizonte, 2019. **Anais [...]**. Tema: Humanismo em tempos sombrios. Belo Horizonte: Faje, 2019. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/simposio2019/arquivos/comunicacoes/doutores/Luiz%20Carlos%20Sureki.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2021.

Evelyne Medeiros PEREIRA Trabalhou na concepção e delineamento; análise e interpretação dos dados; redação do artigo, revisão crítica e na aprovação da versão publicada.
Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-4ª Região).

Gabrielly Souza de FRANÇA Trabalhou na concepção e delineamento; análise e interpretação dos dados e na redação do artigo.
Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Assistente Social do Hospital Ulisses Pernambucano (Recife, PE).
